

# Discurso de agradecimento ao título de Professor Emérito<sup>1</sup>

DOI  
<http://dx.doi.org/10.11606/1678-9857.ra.2022.217706>

---

## Kabengele Munanga

Universidade de São Paulo | São Paulo, SP, Brasil  
kabe@usp.br | <https://orcid.org/0000-0003-0718-6234>

---

Inicialmente, gostaria de saudar a profa. Dra. Maria Arminda do Nascimento Arruda, magnífica vice-reitora da USP, ex-diretora da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, cuja presença nesta cerimônia nos honra.

<sup>1</sup> | Pronunciado realizado em 2 de junho de 2023, às 14 horas, na sala do Conselho Universitário da USP.

Provavelmente, algumas/alguns aqui, já ouviram de mim menções a pessoas e/ou ideias que serão proferidas, mas acredito que agradecimentos nunca são demasiados, da mesma maneira que as ideias, ora reafirmadas, ora reformuladas ou até mesmo negadas, dão o contorno que me fizeram o que sou hoje. Portanto, minhas primeiras palavras são de sinceros e profundos agradecimentos, a começar pelo Departamento de Antropologia, meu departamento, que, em sua reunião de 13 de novembro de 2020, indicou meu nome ao título de Professor Emérito da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, minha Faculdade.

Na pessoa da professora Marta Rosa Amoroso, chefe do Departamento de Antropologia, cuja calorosa apresentação muito me tocou, gostaria de agradecer à profa. Sylvia Caiuby Novaes, que elaborou a justificativa e o parecer interno, e ao Prof. Heitor Frúgoli Jr., na época chefe do Departamento. Gostaria de agradecer pessoalmente a cada colega do Departamento de Antropologia, pois sem seus votos de confiança em minha trajetória acadêmico-intelectual este momento não aconteceria.

Agradeço também ao professor Paulo Martins, diretor da FFLCH, cujas palavras de abertura nesta sessão da reunião da Congregação me honram. Gostaria de saudar a professora Ana Paulo Megiani, vice-diretora da Faculdade, e as/os representantes de todas as categorias que compõem a colenda Congregação e agradecer-lhes pela aprovação do pedido do Departamento de Antropologia, legitimam-

do e formalizando o momento que ora estamos ritualizando. Não posso esquecer nossas e nossos estudantes da FFLCH, de outras unidades e instituições que vieram me prestigiar nesta cerimônia. Não apenas lhes ensinamos, mas muito aprendemos com vocês. Na pessoa de Marie Marcia Pedroso, assistente técnico-acadêmica da Faculdade, saúdo nossas funcionárias e funcionários, técnicas e técnicos que, como costume dizer, são nossas cabeças e braços que nem todo mundo enxerga.

Quero saudar especialmente minha mestra e amiga, professora Lux Vidal, e meu mestre e amigo, professor João Baptista Borges Pereira, cujas presenças nesta cerimônia são cheias de significados para mim. Não vou contar sobre nossas relações de professora, professor e aluno, de orientador e orientando, porque nosso tempo é muito curto. Obrigado por aceitarem ser minha madrinha e meu padrinho, de acordo com a tradição desta cerimônia.

Caro Professor Guilherme Moura, sua presença nesta mesa é prova de que a política de cotas não é um paliativo como pensaram alguns no debate nacional a respeito. Seja bem-vindo ao Departamento de Antropologia, onde passei três décadas como primeiro e único professor negro.

Quero saudar todas as pessoas presentes, meus familiares na pessoa de Irene Kabengele, companheira de muitos anos de vida; meus filhos, netas e netos; minhas noras e cunhadas; minhas amigas e meus amigos que sacrificaram seu precioso tempo para me prestigiar e apoiar neste momento ímpar da minha vida. Gostaria de saudar cada uma/um nominalmente, o que seria muito difícil pelas limitações de tempo e de memória de um homem de 83 anos. No entanto, cometeria alguma injustiça se não saudasse pessoalmente a amiga Nilma Lino Gomes, professora titular e emérita da UFMG, ex-reitora da Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) e ex-ministra da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), que se deslocou de Belo Horizonte, apesar de sua pesada agenda, para me abraçar; o Frei Davi Santos, Fundador da Educafro, ativista incansável na luta pela inclusão dos negros e pobres na educação em geral e especialmente no ensino universitário; Eunice Aparecida de Jesus Prudente, professora sênior do Departamento de Direito de Estado da Faculdade de Direito da USP, atual secretária municipal de justiça de São Paulo e membro da Comissão de Direitos Humanos da USP; sem esquecer meu querido amigo José Vicente, reitor da Universidade Zumbi dos Palmares, que sempre está presente em todos os momentos em que sou homenageado na USP; e o professor Acácio Almeida, da Pró-reitoria de Assuntos Comunitários e Políticas Afirmativas da Universidade Federal do ABC; o professor José Luís de Oliveira Cabaço, ex-ministro dos transportes, comunicações e informação nos primeiros governo de Moçambique e ex-reitor da Universidade Técnica de Moçambique. As pessoas nomeadas me ligam simbolicamente à militância intelectual negra brasileira de todos os tempos e todas as gerações.

Terminando com meus agradecimentos, quero cumprimentar minha colega

e amiga professora, Lilian Moritz Schwarcz, nossa querida Lili, cuja generosa saudação quase me derrubou de emoção, dizendo sobre mim palavras que eu mesmo não teria coragem de dizer. Você sempre esteve presente com seu amigoso apoio nos momentos delicados da minha carreira e até nos momentos pessoais que tinham a ver com minha saúde física. Não vou entregar você em um momento tão formal, que nada tem a ver com nossas cumplicidades na vida. Meu muito obrigado, querida amiga, pela belíssima oração com a qual me saudou.

Como se diz, tudo tem história e tudo é história. Este momento é o resultado de um longo processo que começou em 1975, quando aqui desembarquei de mala e cuia para continuar a desenvolver meu projeto de doutorado em Antropologia, iniciado em 1969 na Universidade Católica de Louvain, na Bélgica, país que me colonizou, cuja bolsa de estudo foi interrompida por questões políticas que tinham a ver com a ditadura militar instalada no meu país de origem, a atual República Democrática do Congo.

Devo recordar aqui o nome do saudoso professor Fernando Augusto de Albuquerque Mourão, diretor cofundador do Centro de Estudos Africanos da FFLCH. De passagem pela instituição a que estava vinculado, a Universidade Nacional do Zaire, em 1973, para estabelecer relações de cooperação entre a USP e as universidades africanas, ele soube da minha situação por intermédio de um amigo em comum, o saudoso Luís Beltran, ex-vice-reitor da Universidade de Alcalá de Henares, na Espanha. De volta ao Brasil, Fernando Mourão me conseguiu uma bolsa de dois anos do Itamaraty em convênio com a USP. Chegado na FFLCH, o professor João Baptista Borges Pereira, sem me conhecer, me recebeu humanamente com afeto. Depois de examinar meu projeto e trabalhos anteriores, entre os quais algumas publicações, ele iniciou minha orientação. Como de praxe, devia cumprir os 45 créditos exigidos para o doutorado, além do exame de proficiência em língua estrangeira e da prova de qualificação. Era uma corrida contra o relógio, pois minha bolsa tinha apenas dois anos de vigência. Consegui, não sei por qual milagre, nesses dois anos aprender a língua portuguesa, cursar as disciplinas obrigatórias e optativas exigidas, fazer a qualificação, escrever e defender a tese com sucesso dentro do prazo da vigência da bolsa.

Em outubro de 1977, com diploma de doutor em mãos, voltei para minha terra para cuidar da família e retomar minhas atividades na universidade, apesar da ditadura militar ainda em vigor. Infelizmente, não consegui ficar mais de um ano por causa da situação política. Apesar da minha resistência, meus amigos estrangeiros insistiram para que abandonasse o país porque estava correndo riscos de morte. Eles fizeram o necessário para facilitar minha fuga, arcando inclusive com as despesas de viagem até o Brasil, país onde me formei e havia deixado amigas e amigos que muito gostavam de mim.

Durante esse ano, estive em permanente contato com o professor João Bap-

tista Borges Pereira, com quem criei relações de grande amizade. Ele acompanhava minhas dificuldades e estava, também, se batendo para encontrar minha salvação. Ele tentava encontrar uma bolsa de pesquisa na FAPESP, mas logo consegui a possibilidade de me encaixar no Programa de Mestrado em Ciências Sociais, que acabava de ser criado na Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Cheguei sem um único livro, a não ser meus diplomas, quando os outros colegas brasileiros que chegaram comigo como professores visitantes nesse programa se mudaram com suas bibliotecas. Em si mesmo, isso já era uma dificuldade, pois a biblioteca da universidade, naquela época, não era grande coisa para um programa de pós-graduação em ciências sociais. Os dois primeiros diplomados desse mestrado foram meus orientandos, que hoje já são professores titulares em universidades federais.

Em dezembro de 1980, assinei contrato como professor colaborador na USP, locado no antigo Departamento de Ciência Sociais, mas com exercício no Museu de Arqueologia e Etnologia, o MAE, no lugar do saudoso professor José Marianno Carneiro da Cunha, que muito cedo nos deixou. Ele também era locado no Departamento de Ciências Sociais, com exercício no MAE, onde era curador do precioso acervo da arte africana e afro-brasileira.

Sabendo que tinha uma especialização em artes africanas no Museu Real da África Central, e que o próprio Professor Mariano, ainda vivo, estava lutando para que me juntasse a ele no MAE, o então Diretor do MAE, Antônio Penteado, em colaboração com o Departamento de Ciências Sociais aceleraram o processo da minha contratação para ocupar a vaga do professor Marianno. Três anos depois, em 1983, tornei-me diretor do MAE contra minha própria vontade. O professor João Baptista Borges Pereira, então diretor da FFLCH, sabia de perto dessa história, pois me acompanhou na Reitoria para apoiar minha recusa. Não havia ainda eleição e a direção dos museus da USP; nessa época, era um cargo da confiança do reitor, que não aceitou minha desistência.

Não fiquei preso ao MAE, pois me credenciei logo no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, onde comecei a orientar no mestrado e no doutorado e a administrar algumas disciplinas optativas. Sem abandonar minhas reflexões sobre África, aderi à área de pesquisa sobre “Relações Raciais e interétnicas”, que, mais do que em outras áreas, tratava especificamente das questões relativas ao racismo à brasileira e as desigualdades raciais no Brasil.

Tenho certeza de que foi graças a essa passagem que mudei radicalmente minha formação em antropologia colonial para fazer uma antropologia engajada e descolonizada que tinha a ver com o processo de luta contra o racismo e em defesa da igualdade de tratamento e de oportunidade entre brancos e não brancos.

Formado na Antropologia que, como disse Jean Copans (1974: 110-11), era filha do imperialismo e do colonialismo, continuava a reproduzir os mesmos esquemas epistêmicos que consideravam as sociedades africanas como primitivas, atrasadas e

as estudava como sociedades e culturas congeladas no tempo e espaços, sem considerar as agressões e todas as formas de violências às quais estavam sendo submetidas em todos os sistemas coloniais e as dinâmicas de suas lutas para se libertarem. Em outros termos, não entrei nessa área para estudar a cultura negra, suas artes e religiões como congeladas, mas como algo que integra processos de resistência e de libertação do universo racista brasileiro.

Não inventei a roda, ela já existia na minha Faculdade e no meu departamento através dos escritos, ensinamentos e obras de nossos mestres, como Florestan Fernandes e seus discípulos, Octavio Ianni, Fernando Henrique Cardoso, nas obras de Oracy Nogueira, de João Baptista Borges Pereira, Teófilo de Queiroz Jr. e de tantos outros fora da USP. Essa roda já existia em todas as entidades do Movimento Negro desde os anos trinta, quando a Frente Negra Brasileira começou a desmistificar a democracia racial brasileira bem antes das realizadas em nossas academias intelectuais.

Essas duas rodas tinham olhares diferentes e produziram discursos diferentes: um olhar de fora, que vinha dos intelectuais e estudiosos brancos engajados na denúncia do mito de democracia racial brasileira e na análise das expressões do racismo à brasileira, e um olhar de dentro, que vinha das/dos militantes e ativistas negras e negros e de raras/raros intelectuais que furaram as barreiras raciais para entrar na universidade.

Para melhor aprender e construir solidamente minha contribuição, não podia ficar preso a uma única roda. Precisava participar das duas, fazendo uma espécie de dança. E nessa ginga eu estava, ao mesmo tempo e sem dicotomia, no mundo acadêmico e nos movimentos sociais negros. A academia subsidiou-me com as teorias, os conceitos e as tipologias que são necessários para operacionalizar o pensamento, mesmo consciente de que não são neutros, pois carregam ideologia e visões de mundo. No movimento negro aprendi com a linguagem e visão das vítimas do racismo, com base na sua escrevivência, usando aqui o conceito cunhado pela escritora negra muito respeitada, Conceição Evaristo. Por complementariedade, foi nessa relação dialógica e dialética entre o olhar branco de fora e o olhar negro de dentro, que consegui construir minha visão sobre a situação da população negra no universo racista brasileiro.

Discordava, sem dúvida, de uma ou outra postura em uma época em que a expressão “lugar de fala” ainda não fazia parte do nosso vocabulário. Por isso, sem discordar dessa expressão que corresponderia ao olhar de dentro, tive de aprender também com o olhar de fora, que considero outro lugar (de fala). Da mesma maneira, acredito que a diversidade de pensamento nas questões da sociedade é inevitável e nos enriquece, mesmo sem concordar totalmente com o pensamento do “outro”.

Tratando-se dos problemas da sociedade e, neste sentido, o racismo não é um

problema do negro, mas sim da sociedade. Assim, acredito que cada membro da sociedade - independentemente da geografia do seu corpo – tem o direito de dizer o que pensa, mesmo que seu pensamento seja diferente do meu. A questão é: a serviço e a interesse de quem vai seu pensamento, para manter o *status quo* ou para transformar a sociedade?

Foi com base nessa dupla consciência, que pude dar uma modesta contribuição a partir de meus escritos, aulas, conferências, palestras e discursos em todos os fóruns onde fui convidado. As repercussões começaram a surtir significativos efeitos.

Na obra *Consciência Negra no Brasil: os principais livros*, organizada pela CUTI e por Maria Das Dores Fernandes (2002), publicada pela Editora Mazza, dois dos meus livros, *Negritude: usos e sentidos* (1986) e *Rediscutindo a Mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra* (1999), figuram na relação dos vinte livros mais recomendados.

Esses dois livros se relacionam com os debates sobre o processo de construção da identidade negra no Brasil. Em *Negritude: usos e sentidos*, parti da observação de que a identidade negra no Brasil se tornou essa realidade da qual se fala tanto, mas sem definir no fundo o que ela é e em que consiste. Tal fato me obrigou a contar a história desse conceito desde quando foi cunhado, no Quartier Latin dos anos 1930, pelos intelectuais negros africanos e antilhanos que estudavam em universidades francesas em plena colonização da África subsaariana e para que servia e serve no contexto da diáspora negra no Brasil hoje.

Partindo do princípio de que o corpo constitui a sede material de todas as identidades, o processo de construção da identidade negra devia partir da geografia dos corpos negros, cuja pele escura, ou seja, a negritude, é uma das características fundantes. Ou os negros assumem sua negritude em sua luta contra o racismo ou eles se perdem totalmente no outro, ou melhor, no branco.

Muitas pessoas de gerações mais jovens me confessam que foi graças à leitura desses livros que descobriram sua identidade negra e, a partir dali, começaram a assumi-la – representando um processo de educação ou de reeducação.

A caminho dessa identidade negra ancorada na negritude, o Movimento Negro encontrava um grande obstáculo devido ao ideal do branqueamento da população negra através da mestiçagem que a ideologia dominante começou a considerar símbolo da identidade nacional, defendida até nas vozes de grandes intelectuais.

Escutamos tantas vezes no debate sobre cotas a pergunta: “cotas para quem?” Quem são negros em um país de mestiços? Sem dúvida, o Brasil é um país muito miscigenado, mas os negros não foram extintos. Soma-se a isso o fato de que os mestiços também são vítimas dos preconceitos e práticas discriminatórias pelas gotas de sangue negro carregadas no seu patrimônio genético, ou seja, por causa de sua negritude.

O princípio de que a união faz a força foi roubado de pretos e pardos na po-

lítica de dividir para dominar. O livro *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: Identidade nacional versus identidade negra*, enfoca justamente o uso político-ideológico da miscigenação para escamotear as práticas racistas e, conseqüentemente, as desigualdades raciais decorrentes, além de dividir as vítimas do racismo através do ideal do branqueamento.

No conjunto de meus textos, estes dois livros falaram muito alto e tiveram impacto nos debates sobre o processo de construção da identidade negra no Brasil. Um livro recente, publicado no ano passado pela Autêntica Editora, em minha homenagem, com o título *Negritudes: Diálogos com o pensamento de Kabengele Munanga*, reúne textos de dezoito autoras e autores, professoras e professores de várias universidades que tentam dialogar com algumas de minhas ideias a respeito do negro no Brasil.

O vento soprou e, não sei por qual caminho, fez chegar em minhas ideias sobre a riqueza da diversidade cultural e as práticas de discriminação racial na educação brasileira. Com efeito em 1996, recebi com grande surpresa um convite da Secretaria de Educação Fundamental do MEC para fazer a Conferência de Abertura dos trabalhos preparatórios para a elaboração dos Parâmetros Curriculares Nacionais referentes às quatro primeiras séries da Educação Fundamental.

Diante dos educadores e especialistas convidados, enfrentei o desafio, me limitando apenas ao tema transversal relacionado com a diversidade cultural brasileira, os preconceitos e as práticas racistas. Em 1997, os 10 volumes dos Parâmetros Curriculares Nacionais foram publicados pela Secretaria de Educação Fundamental do MEC, entre os quais o volume de número 8 versava sobre os Temas Transversais e a Ética. Ao perceber que não havia nada sobre a diversidade cultural nos materiais e livros didáticos, imaginei eu, recebi um segundo convite do MEC para organizar um livro que introduziria essa questão. Foi assim que organizei o livro *Superando o racismo na escola*, cuja primeira edição, publicada em 1999, foi prefaciada pelo então ministro da Educação, o professor Paulo Renato Souza, ex-reitor da Unicamp. E a terceira edição, já em 2001, pelo então presidente da República, Fernando Henrique Cardoso. Houve também uma quarta edição no governo do presidente Lula. Como era uma publicação de grande tiragem e de distribuição gratuita, esse livro atingiu muitos docentes e me fez conhecer, talvez, mais sobre o mundo dos educadores do que dos antropólogos.

Antes da existência da Lei 10.639/03, que tornou obrigatório o ensino da história e da cultura africanas e do negro nos currículos escolares no Brasil, a Educação Brasileira, pela inércia do mito de democracia racial, não tocava na questão do racismo. Esse livro, então, foi pensado não como material didático, mas com o objetivo de sensibilizar e conscientizar educadoras e educadores sobre uma questão tão silenciada. O livro *Do Silêncio do lar ao silêncio escolar*, de Eliana Cavalleiro (2000), explica muito bem como a questão do racismo foi silenciada na educação brasileira,

começando na família, tanto branca quanto negra, indo até a entrada da criança na escola formal, onde encontra o mesmo silêncio diante dos livros didáticos, repletos de preconceitos.

Para escrever *Superando o racismo na escola*, convidei apenas mulheres negras e homens negros, entre os quais oito mulheres e apenas três homens, incluído o comum dos mortais que vos fala. Por minha intuição, acreditava que essas mulheres escolhidas a dedo, que já falavam da educação étnico-racial em seus escritos, poderiam, melhor que as brancas, conscientizar outros educadores com base em suas experiências de vida. Sem dúvida pratiquei uma discriminação consciente que acreditava ser positiva.

Quando recebi, em 2021, o Prêmio de Reconhecimento Acadêmico em Direitos Humanos Unicamp-Instituto Vladimir Herzog, na modalidade “Prêmio Honorário”, está escrito textualmente no diploma que esse prêmio me foi outorgado “por minha contribuição ao desenvolvimento de políticas afirmativas e, sobretudo, por minha luta pela introdução da questão racial na educação brasileira, em todos os níveis.” Confesso que eu mesmo não tinha essa consciência.

Quando chegou o debate sobre cotas e políticas de ações afirmativas para o ingresso de estudantes negros, indígenas e brancos da escola pública na universidade pública, não fiquei em cima do muro. Com efeito, entrei no debate bem antes da Conferência de Durban, de agosto/setembro de 2001, e participei da audiência pública sobre a constitucionalidade das cotas na UnB, a convite do ministro Ricardo Lewandowski. Nessa época, fazíamos parte do corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos da Faculdade de Direito da USP.

Importante lembrar que a USP foi vanguarda intelectual nessa questão com trabalhos pioneiros liderados, nos anos de 1960, pelos já mencionados Roger Bastide, Florestan Fernandes, mestre dos mestres, e seus discípulos Octávio Ianni e Fernando Henrique Cardoso; Oracy Nogueira e João Baptista Borges Pereira e Teófilo de Queiroz Júnior. Essa Escola, chamada Escola de Sociologia de São Paulo, deixou grandes escritos que ainda nos servem de referências e revelou quanto a chamada democracia racial brasileira era um mito e não uma realidade.

Em 1995, a USP ensaiou um novo passo promissor. A partir de uma portaria do então reitor, o professor doutor Flávio Fava de Moraes, foi criado um Grupo de Trabalho, do qual fiz parte, para elaborar Políticas Públicas para a População Negra. Sob a coordenação do professor Dr. Jacques Marcovitch, então pró-reitor de cultura e extensão universitária, que posteriormente se tornou reitor, e dos professores Antônio Junqueira de Oliveira e João Baptista Borges Pereira, respectivamente, diretores das Faculdade de Direito e de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP à época.

Esse grupo elaborou entre 1995-1996 um documento robusto, no qual fez-se um longo diagnóstico sobre indicadores da exclusão do cidadão brasileiro de ascendência africana e foram formuladas recomendações para a busca de políticas no

âmbito da USP, do estado de São Paulo e da sociedade em geral, visando a melhoria do cenário existente no que diz respeito às seguintes áreas: educação, questões econômicas, questões da mulher negra, imagens do negro com relação à mídia, saúde da população negra, pesquisa sobre o negro e divulgação dos resultados etc. Esse documento, redigido pelo professor Marcovitch e intitulado “Uma Jornada pela Justiça”, foi publicado no livro *Estratégias e Políticas de Combate à Discriminação Racial*, por mim organizado e editado pela Edusp em 1996, com o prefácio do próprio professor Jacques Marcovitch.

No que diz respeito à educação, considerada um cordão umbilical ao qual se ligam todos os problemas enfrentados pela comunidade negra desde a chamada abolição da escravatura, o Grupo de Políticas Públicas sugeriu a criação de um outro grupo de trabalho (GT) junto à Reitoria, com os seguintes objetivos: (1) fazer, até julho de 1996, um levantamento crítico da aplicação, em outros países, do sistema de cotas para ingressar em universidade; (2) elaborar propostas de elevação da presença dos descendentes de africanos em universidades públicas do Brasil; (3) encaminhar o documento final de políticas públicas às diversas unidades universitárias, solicitando que sejam criados Grupos de Trabalho, com o objetivo de analisá-lo e propor aplicações específicas em seu âmbito, tendo em vista, em particular, tanto atender adequadamente a situação do seu cotidiano, como verificar possíveis contribuições que possam dar em função de suas especificidades; (4) desenvolver uma escola de verão, visando oferecer cursos de capacitação para professores da rede pública que atuam como multiplicadores; (5) incentivar projetos de pesquisa e intervenção, voltado para a temática do desenvolvimento da autoestima positiva entre estudantes descendentes de africanos em todos os níveis do ensino.

Mas, quando entramos na última fase, iniciada no fim do século XX e início do século XXI, a USP renunciou a sua posição de pioneira e vanguarda intelectual para assumir uma postura conservadora, presa ao darwinismo social dominado pelo discurso da defesa do mérito, da qualidade e da excelência diante da exclusão do universo universitário de milhões de jovens de ascendência africana, de indígenas e brancos pobres oriundos da escola pública. Politicamente, a USP se fechou e se recusou a enfrentar os debates sobre cotas que se desenrolaram nos últimos quase vinte anos.

A convite de diversas universidades públicas estaduais e federais que conheciam meus pontos de vista, participei de vários debates, cujos resultados foram encorajadores, pois algumas adotaram o sistema de cotas com reserva de vagas para negros, indígenas e brancos pobres. Na própria USP, recebi convite de algumas unidades para debater a questão. Foi o caso do Instituto de Física, da Escola Politécnica e do Instituto de Ciência Biomédica, sem esquecer a minha própria Unidade, a FFLCH. Por duas vezes a ADUSP, associação dos docentes da USP, me convidou também para debater a questão que me rendeu uma homenagem. Meus argumentos con-

venciam os participantes desses debates, mas depois nada acontecia por ser uma questão política que só a própria reitoria, com o endosso do Conselho Universitário, poderia enfrentar. Penso que o debate teria sido mais amplo e não apenas por iniciativa de algumas unidades. Em resumo, faltou vontade e a força política para enfrentar a polêmica questão das cotas que outras universidades públicas estaduais e federais conseguiram enfrentar.

Finalmente, no ano de 2017, as universidades paulistas se renderam como as últimas grandes universidades públicas a adotar o sistema de cotas. Melhor tarde que nunca! Mas, desejamos que não seja apenas o resultado de pressões sociais, mas também o resultado de um amadurecimento político sobre a questão, pois, se não for assim, o pleno funcionamento do sistema de cotas poderia ser prejudicado, alimentando as fraudes que já estão ocorrendo em algumas universidades públicas.

Quem seria eu, se não tivesse estudado nesta Faculdade onde me tornei professor e iniciei o processo de construção de uma antropologia engajada? Seria outra pessoa e não receberia este título que carrega muitas mãos, pois ninguém se constrói sozinho.

Meu muito obrigado.

---

**Kabengele Munanga** é professor emérito pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. É doutor em Antropologia Social e docente do Departamento de Antropologia da Universidade de São Paulo.

---

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CAVALLEIRO, Eliane. 2000. *Do Silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil*. São Paulo: Contexto.

COPANS, Jean. 1974. *Críticas e políticas da antropologia*. Lisboa: Edições 70.

MUNANGA, Kabengele. 1986. *Negritude usos e sentidos*. São Paulo: Ática.

MUNANGA, Kabengele. 1999a. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra*. Petrópolis: Vozes.

MUNANGA, Kabengele. (Org). 1999b. *Superando o racismo na escola*. Brasília: Ministério da Educação.

MUNANGA, Kabengele. (Org). 1999. *Estratégias e políticas de combate à discriminação racial*. São Paulo: Edusp.

